



GT 030. Eleições e Política

Marcos Otávio Bezerra (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Wilson José Ferreira de Oliveira (Universidade Federal de Sergipe) - Coordenador/a, Christine de Alencar Chaves (UnB) - Debatedor/a

O GT se propõe a receber trabalhos que abordem etnograficamente como sujeitos, famílias, grupos e coletividades se organizam, agem e pensam a política. As eleições aparecem como evento marcante para tomada de posição e organização de concepções sobre política e seu funcionamento. Seguindo possibilidades abertas por trabalhos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), o período eleitoral é um momento propício para analisar como a política se relaciona com espaços da vida cotidiana, seja através do engajamento dos sujeitos nas disputas eleitorais ou definindo coletividades que, enquanto tais, as evitam. Simultaneamente, dimensões da vida cotidiana (como relações entre vizinhos e disputas entre famílias) são muitas vezes pensadas e elaboradas tal qual uma política, oferecendo igualmente, elementos que compõem o funcionamento mais geral da política. Cabe especialmente discutir os possíveis deslocamentos do processo eleitoral na conjuntura atual. O golpe de Estado e a crescente intervenção de decisões judiciais na definição de ocupantes de cargos públicos põe em cheque o significado usualmente atribuído às eleições. Trata-se também de uma disputa eleitoral onde se dão, simultaneamente, definições em relação a questões nacionais, polarização entre esquerda e direita, demarcação de posicionamentos em relação a temas cotidianos, padrões estéticos, corpos e identidades. Esse quadro abre um amplo espectro para (re)pensar e ampliar a reflexão da antropologia em relação à política.

Facções militares e disputas pela representação política no Ceará

Autoria: Antonio Sabino da Silva Neto, Leonardo Damasceno de Sá

Este work tem por objetivo analisar os engendramentos e reorganizações nas facções políticas cearenses durante os anos de 2010 e de 2018 no estado do Ceará, tendo como prisma central para esta análise as práticas dos policiais militares candidatos e de seus apoiadores. No decorrer de quase uma década, realizamos entrevistas com candidatos e suas equipes, incursões em comícios, passeatas e atividades de campanha de policiais militares. Lideranças, a exemplo do capitão Wagner de Sousa e do cabo Flávio Sabino, deflagraram várias lutas discursivas e disputas morais pela consolidação de um capital político alicerçado num discurso “em defesa dos trabalhadores da segurança pública” e posteriormente por “mais segurança”, em detrimento da facção liderada por Ciro e Cid Ferreira Gomes. A costura destas demandas foi iniciada com uma greve geral da PM cearense no ano de 2011, ocasionando uma paralisação de vários serviços públicos e privados no estado por seis dias. A referida paralisação teve como mote a demanda por consideração e por reconhecimento de cidadania e direitos dos policiais militares do Ceará. A partir deste cenário, as lideranças grevistas galgaram notoriedade social, conseguindo eleger capitão Wagner como o vereador mais votado em Fortaleza em 2012 e em 2014 como o deputado estadual mais votado do Ceará. Não obstante, ainda em 2014, cabo Sabino consegue uma vaga na Câmara Federal. Nesta eleição Wagner e Sabino intitularam-se a “dobradinha da segurança pública”, aproximando-se do senador Tasso Jereissati, notório político cearense, que se configurava até então como único contraponto a facção liderada por Ciro Gomes, seu antigo aliado. Em 2016 capitão Wagner, apoiado por Jereissati, concorre no segundo turno à prefeitura de Fortaleza, sendo derrotado por Roberto Cláudio, representante da facção liderada pelos Ferreira Gomes, contudo elege dois vereadores de seu grupo, um PM e um Policial Civil. Em 2018 surgem novas reconfigurações nas facções estaduais, apontando para mudanças de discursos dos candidatos, que se deslocaram do início da década



quando a representação da categoria “trabalhadores da segurança pública”, para se adaptar a um discurso por “mais segurança no Ceará”, até interpelar nestas eleições pela “moralização” da sociedade cearense. A facção liderada pela “dobradinha da segurança pública” inicia uma ruptura pela disputa de votos, que só foi devidamente anunciada após a aproximação do pleito eleitoral, estando Cap. Wagner e Cb. Sabino como pré-candidatos a Câmara Federal, como também disputam a representação do eleitorado do presidenciável Jair Bolsonaro. Neste contexto, optamos por uma análise que visa entender como as facções, que não são permanentes, movimentam seus capitais para costurar a vitória na representação política.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

